

# Da «Revolução Venturosa» à «Hydra das Revoluções» – as metáforas do vocábulo Revolução antes e depois do Vintismo<sup>1</sup>

Fátima Sá e Melo Ferreira<sup>2</sup>

Segundo Reinhart Koselleck, é com a Revolução Francesa que se inicia a viragem do termo revolução do significado antigo de translação dos astros para o seu significado moderno de ruptura política sem retorno. Porém, os usos políticos antigos do termo comportavam também, nalguns dicionários, os significados de «movimentos perturbadores da ordem, tumultos, revoltas, e insurreições que transtornam e alteram as formas de governo», associados por vezes à noção de retorno a um ponto de partida. Os sentidos modernos, alguns dos quais amplamente metaforizados, remetem para a Revolução Francesa, considerada modelo de todas as que se lhe seguiram determinando um novo rumo do tempo histórico.

No entanto, muitos dos escritos em que se integra o termo revolução no Portugal da primeira metade do século XIX dispensaram a metáfora e não foram usados como aquilo a que a partir de Koselleck chamamos «singular colectivo».

1. Este texto tem por base um artigo que será publicado brevemente, com o título *La revolución y sus fantasmas: metáforas y metamorfosis de un concepto en el siglo XIX portugués*. In FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier; ONCINA, Faustino, eds. *Metafóricas espacio-temporales para la historia. Enfoques teóricos e historiográficos*. Valencia: Pre-Textos. A autora não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

2. Professora aposentada do ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa. Investigadora do CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE-IUL.

Acompanhados geralmente de referências específicas parece mesmo possível estabelecer uma correlação negativa entre essa utilização e a inserção do termo num contexto abstracto. Assim aconteceu com as chamadas «Revolução de Setembro» (1836), «Revolução do Minho» (1846), *Janeirinha* (revolução de Janeiro, 1868), identificadas pela data ou pela região em que eclodiram mantendo assim a sua singularidade.

A metaforização do termo ocorre, sobretudo, em momentos em que, tal como referiu Fabio Wasserman, se apresentou «la noción de revolución como un concepto singular colectivo de carácter trascendente que reúne y explica todas las revoluciones posibles, ya sean pasadas, presentes o futuras»<sup>3</sup>.

A fronteira que separaria o uso do termo revolução como singular colectivo do seu uso referente a objectos plurais temporalmente identificados por local ou por data começaria também a construir-se a partir de 1789.

Esta dualidade de sentidos pode inscrever-se nas sugestões que Koselleck faz no seu texto *Revolución como concepto y como metáfora. Sobre la semántica de una palabra en un tiempo enfática*, quando refere, por exemplo, que «la historia del concepto de “revolución” muestra como elementos permanentes de repetición y, cada vez más, estratos de significado innovadores están contenidos en el mismo concepto», acrescentando mais adiante: «sin embargo el concepto no solo es moderno. También contiene experiencias premodernas»<sup>4</sup>.

Se pensarmos nas revoltas anti-francesas de 1808-1809, semelhantes às que tinham começado a ocorrer em Espanha, desencadeadas na sequência da primeira invasão do território pelo exército napoleónico e da retirada do príncipe regente e da Corte para o Brasil, verificamos que, já aí, o termo revolução foi frequentemente utilizado pelos contemporâneos para designar esses movimentos. Movimentos que apenas reivindicavam a restauração da monarquia portuguesa e que o faziam numa base local, muitas vezes no quadro das recém-formadas Juntas de Governo.

Várias publicações dadas à estampa no ano de 1808 e nos anos seguintes, em que se descreviam apologeticamente algumas dessas movimentações de vilas, cidades e províncias do reino, ostentavam no título o termo revolução. É o caso da *Relação fiel e exacta do princípio da revolução de Bragança e consequentemente de Portugal*, da *Declaração da revolução principiada no dia 16 de Junho de 1808 no*

3. WASSERMAN, coord., 2019: 21.

4. KOSELLECK, 2012: 161-162.

*Algarve e lugar de Olhão pelo governador da Praça de Vila Real de Santo António para a Restauração de Portugal, ou ainda da Relação fiel e exacta da revolução de Miranda do Douro.*

Curiosamente, também é possível verificar que sentidos mais abstractos e transcendentais conviveram igualmente com estes. Na verdade, o aparecimento do vocábulo como singular colectivo e envolvido em dimensões metafóricas conhece os seus primeiros registos não só nos escritos anti-franceses dos anos das invasões, mas mesmo noutros que as precederam. Neste caso, a metaforização aparece mais frequentemente ligada ao adjectivo revolucionário do que ao substantivo revolução.

Os novos usos do adjectivo «revolucionário» são, de facto, já perceptíveis desde os finais do século XVIII nos relatórios da Intendência Geral de Polícia em que se justifica, por exemplo, a necessidade de perseguir as «sociedades dos pedreiros-livres», com a finalidade de «apagar na origem qualquer faísca de sedição que, soprada pelo espírito do século, possa atear a vertigem revolucionária, que nestes tempos calamitosos ou tem assolado ou comprometido a segurança dos Estados»<sup>5</sup>.

Domingos António Vandelli, um naturalista muito próximo do príncipe regente D. João, escrevia pela mesma época que: «O génio revolucionário [...] abrasa[va] no seu furor as monarquias e as repúblicas, os amigos, os inimigos da França, as potências neutras, as pacificadas e as beligerantes.»<sup>6</sup>

Estas formas de metaforização da revolução como «vertigem» ou como «génio abrasivo» serão acompanhadas e seguidas por muitas outras expressões que a comparam simplesmente a fenómenos do mundo natural que têm por característica principal serem alheios à vontade e acção humanas.

José Acúrsio das Neves, um dos grandes narradores da resistência do reino de Portugal às invasões napoleónicas, na sua *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, referindo-se aos movimentos anti-franceses em Espanha que se iriam estender ao outro lado da fronteira, escrevia que fora «impossível ocultar [em Portugal] uma revolução que rompendo com o estrondo do trovão, produzia os estragos do raio»<sup>7</sup>.

5. SANTOS, 2000.

6. Domingos António Vandelli, *apud* JOBIM, 1988: 262.

7. NEVES, 2008: 37.

Estas conhecidas metáforas naturais da tempestade, do raio e dos trovões, associadas a revolução<sup>8</sup>, usava-as o autor na mesma época em que circulavam também os já citados panfletos relativos aos movimentos locais de aclamação do monarca português designados também como revoluções num sentido mais antigo e plural e muito menos propício à metáforização. No entanto, o próprio José Acúrsio, noutras passagens da mesma obra, usa também o termo revolução num sentido idêntico ao usado nessas *relações*, o sentido de revolta local que repõe a ordem do passado interrompida por uma circunstância inesperada como era a das invasões.

Não foi certamente por acaso que Vicente Ferreira da Costa, um magistrado natural da Baía, no Brasil, outro autor que descreveu longamente os sucessos da resistência antinapoleónica em Portugal, chamou ao seu mais importante escrito *Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808*<sup>9</sup>.

O título parece intrigante na medida em que as revoltas anti-francesas de 1808-1810 não marcaram em Portugal uma inflexão no uso do termo semelhante à que ocorreu em Espanha, o que pode compreender-se facilmente por não terem provocado uma mudança de regime como no país vizinho. No entanto, num dos primeiros capítulos desta obra enviada à Corte do Brasil, chamado, significativamente, *Tendência de Portugal para uma Revolução oclocrática por causa da sua antecessora a Revolução francesa*, encontramos uma justificação clara que o autor estendia à guerra da independência em Espanha. Ambas tinham tomado como modelo a Revolução Francesa, o que as tinha tornado revoluções oclocráticas — quer dizer revoluções da multidão, ou «o império do povo amotinado».

Durante o Vintismo, pelo contrário evitou-se tanto quanto possível o uso deste termo demasiado conotado com a desordem e anarquia da França revolucionária, preferindo-lhe o de regeneração ou mesmo de restauração. Tal não evitou, porém, que ele fosse apropriado pelas forças mais conservadoras ou mesmo contra-revolucionárias do triénio liberal que a ele recorreram, assim como a outros termos do mesmo campo semântico, como o termo revolucionário, para procederem à sua veemente condenação.

No entanto, ainda que durante a primeira experiência liberal portuguesa, iniciada em 1820, os termos «restauração» e, sobretudo, «regeneração» tenham

8. RITZ, 2016.

9. COSTA, [s.d.].

sido frequentemente mais usados para designar o movimento que conduziu à convocatória das primeiras *Cortes* portuguesas que o de «revolução», este não deixou de ser evocado, assim como o adjectivo «revolucionário»<sup>10</sup>. Também aqui não encontramos uma forte metaforização do uso dos termos deste mesmo campo semântico, embora, provavelmente, não pelas mesmas razões evocadas para o período das invasões francesas. De facto, o fraco recurso à metáfora parece ligar-se, neste caso, à vontade de não enfatizar o carácter de ruptura de que o movimento iniciado a 24 de Agosto de 1820 no Porto se revestiu e, sobretudo, de evitar toda e qualquer associação com os acontecimentos da França revolucionária e também, provavelmente, com os que marcaram as revoltas anti-francesas de 1808-1809, onde, nalguns escritos como nos do autor anteriormente citado, se considerava que o povo amotinado tinha ditado a lei. Como Ana Maria Pina mostrou, a Revolução Francesa pairou sempre como um fantasma sobre a imprensa do triénio liberal português, tomando esse fantasma o nome de anarquia<sup>11</sup>.

Assim, foi sobretudo na imprensa contra-revolucionária que se continuou a delinear uma nítida tendência à metaforização do campo semântico de revolução.

Um exemplo ilustrativo vem de um dos grandes defensores do absolutismo, mais tarde um miguelista convicto, um dos mais prolíficos autores de escritos de natureza contra-revolucionária das primeiras décadas do século XIX, o Padre José Agostinho de Macedo. Num sermão pregado em 1823, poucos meses depois da restauração do absolutismo pelo Infante D. Miguel em Maio desse ano, Agostinho de Macedo glosará uma metáfora que circulava internacionalmente nos escritos contra-revolucionários, a da «hydra das revoluções»<sup>12</sup>, escrevendo: «a fatal hydra das revoluções e das conspirações que tem golfado o seu veneno sobre este Império». Examinando depois os males que assolam as sociedades pela acção humana, o primeiro dos quais é a guerra, escreve, quando refere o segundo, que são as revoluções, «gérmen mais profundo das guerras», «ruína dos Impérios» e «sepultura das Nações»<sup>13</sup>.

Embora use o plural, revoluções, no entanto, não refere senão uma, a Revolução Francesa: «A Revolução Francesa eis aqui aquela bomba que rebentando no

10. VERDELHO, 1981.

11. PINA, 1989: 129-135.

12. RAMÓN SOLANS, 2017: 471-496.

13. José Agostinho de Macedo, *apud* FERREIRA, 2018: 85-100.

meio das sociedades e despedindo a toda a parte mortíferos estilhaços levou o transtorno e a desolação a todos os Povos.»

Na sua perspectiva, a Revolução Francesa e o seu filho Napoleão eram os responsáveis pela entrada em Portugal do que chamou de «frenesim das regenerações» que durou três anos com consequências tão gravosas para o país que o autor se socorre das conhecidas metáforas das forças da natureza em convulsão para as ilustrar, comparando-as desta vez a vulcões, labaredas e aluviões.

Noutros escritos contra-revolucionários é possível encontrar grande profusão de metáforas que podem ir da apresentação dos revolucionários como «horda» à revolução como «incêndio», sempre numa linguagem violenta e colorida característica do discurso oriundo deste quadrante político na imprensa, em panfletos ou em sermões, que se acentua com a subida ao trono de D. Miguel em 1828.

O vocábulo revolução vai aproximar-se cada vez mais nesses escritos da noção koselleckiana de singular-colectivo com as referências precisas e concretas ao movimento a que se referem a serem cada vez mais abandonadas, reforçando-se o uso das metáforas.

O mesmo vocábulo será, no entanto, utilizado em sentidos bem diversos pelos liberais nas Cortes Constituintes, embora o seu uso não tenha sido muito frequente. Encontramo-lo, ainda assim, usado quer em tom encomiástico com sabor rousseauista: «a nossa Revolução, marchando de prodígio em prodígio, colocou neste augusto recinto os Pais da Pátria para organizarem o novo Pacto Social» quer, mais sobriamente, como «a nossa venturosa revolução»<sup>14</sup>.

Embora, como vários autores têm realçado, os termos «restauração» e «regeneração» tenham sido muito mais usados pelos liberais de 1820 para designarem o movimento que conduziu à convocação das primeiras Cortes portuguesas do que «revolução», este não deixou de ser por eles evocado, assim como o adjectivo «revolucionário», ainda que, por vezes, de formas inesperadas. Numa obra significativamente intitulada *Portugal Restaurado em 1820*, publicada no próprio ano de 1820 por um dos fautores da revolução, o magistrado Borges Carneiro, onde se defendia a «regeneração» de Portugal argumentando que com ela se reatava a tradição das antigas Cortes interrompida pelo absolutismo, são os

14. «Diário das Cortes» (30 jan. 1821).

potenciais adversários daquele movimento que são apelidados de revolucionários: «Vós sois os inovadores, vós sois os revolucionários que derrubastes as nossa antigas Cortes e os antigos princípios de uma monarquia temperada para erigirdes um poder absurdo e despótico.»

Será na pena de Almeida Garrett, numa obra publicada em 1830 intitulada *Portugal na balança da Europa*, que encontraremos a reflexão mais profunda sobre a revolução vintista. Nessa obra, o vocábulo revolução é um dos principais fios condutores da narrativa, juntamente com o de liberdade:

*Veio, em verdade, a revolução com terríveis sintomas nessa França onde quantos abusos podem oprimir a Humanidade tinham subido de ponto àquele máximo grau em que já não são suportáveis [...]. O eco da França retiniu dos Alpes ao Quirinal, do Sena ao Reno e ao Danúbio. Lavrou, correu, ateou-se quase geral a labareda a que a opressão e a tirania há tanto século estavam amontoando combustíveis<sup>15</sup>.*

A «labareda geral» que resultava da «opressão e da tirania» correria as Américas e o sul da Europa nos inícios do século XIX e acabaria por chegar a Portugal. Mas aqui, tal como nos outros países do Sul onde se havia manifestado nos anos de 1820, chegaria sob uma forma muito mais benigna:

*A revolução dos fins do século XVIII fora uma detonação eléctrica que se comunicava, crescia, e crescendo destruía e abrasava. A dos princípios do século XIX era uma força magnética, valente, poderosa sim mas serena [...]. A revolução das duas Penínsulas era moderada e pacífica; a liberdade triunfante propôs aos tiranos condições honrosas; cedeu para que eles cedessem<sup>16</sup>.*

As revoluções dos anos de 1820 no sul da Europa tinham, para Garrett, apesar de uma identidade básica de origem e natureza, características bem distintas de revoluções precedentes. Ambas igualmente metaforizadas, contrapunha-se a «força magnética» das primeiras à «detonação eléctrica das segundas»<sup>17</sup>.

15. GARRETT, 2005 [1830]: 45-46.

16. GARRETT, 2005 [1830]: 68.

17. GARRETT, 2005 [1830]: 68.

Pela mesma época, Mouzinho da Silveira, o futuro ministro de D. Pedro, recorria também à metáfora para designar uma revolução que ao mesmo tempo desejava e temia. Sobre a sua relação com as consequências financeiras da independência do Brasil escrevia:

*as nossas despesas anteriores não eram filhas de nossos trabalhos, mas das nossas conquistas [...] elas formaram as nossas instituições e [...] tendo elas acabado é preciso que as instituições mudem [...]. Já se vê que isto conduz a uma revolução que não é obra de alguém mas filha da natureza das coisas, e a tenacidade de não a querer dirigir há-de formar aquele vulcão inevitável, que temo desde muito tempo e que desejo ver atalhado para nossa tranquilidade<sup>18</sup>.*

A revolução é aqui comparada, mais uma vez, a um fenómeno da natureza — o vulcão — e é considerada inevitável por estar na natureza das coisas. Não resulta da acção dos homens, mas, no entanto, cabe aos homens impedir que provoque muitos estragos.

Como é sabido, em 1836, dois anos depois da vitória dos liberais na guerra civil, com o regime liberal já implantado e as instituições e procedimentos previstos na *Carta Constitucional* em funcionamento, essa mesma *Carta* virá a ser derrubada por um movimento estribado nas correntes de oposição aos primeiros governos constitucionais, rapidamente apelidado de «Revolução de Setembro», que repôs em vigor a Constituição de 1822.

Os acontecimentos de Setembro foram acompanhados de uma perceptível viragem nos usos do termo revolução. Não tanto porque tivessem inaugurado um novo sentido para o vocábulo, mas por ele ter sido utilizado imediatamente pelos contemporâneos, quer fossem seus partidários quer fossem seus adversários. Ao contrário do que ocorrera em 1820, em que se usaram, sobretudo do lado constitucional, os termos regeneração e restauração, em 1836 recorreu-se sem reboço ao termo revolução.

«Revolução de Setembro» veio a ser a fórmula semântica que popularizou o uso do vocábulo revolução aplicado a acontecimentos portugueses, gerando uma genealogia que passou a integrar, retrospectivamente, a «Revolução de 1820», assim como outros movimentos que lhe sucederam como a «Revolução do Minho» ou da *Maria da Fonte*, referida às sublevações que tiveram lugar no

18. SILVEIRA, 1989: 618.



norte do país em 1846. A consagrar definitivamente a expressão surgiria, em 1840, o periódico «A Revolução de Setembro».

Poucos anos mais tarde, outros periódicos se seguirão ostentando no título o vocábulo revolução, em geral referido também a um tempo ou a um espaço concretos. É o que sucederá, em 1846, com um jornal efémero chamado «A Revolução do Minho», ou em 1868 com «A Revolução de Janeiro», periódico surgido na sequência da eclosão do movimento de protesto anti-tributário que ficará conhecido por *Janeirinha*.

Nos anos seguintes, o uso do termo revolução torna-se massivo em comparação com os períodos anteriores. O vocábulo parece ter sido usado na ordem política para designar uma série diversificada de fenómenos que vão das revoltas aos pronunciamentos militares. No debate parlamentar que se seguiu à restauração da Carta Constitucional em 1842 na cidade do Porto, o termo utiliza-se tanto para designar a «Revolução de Setembro» como a própria restauração da Carta Constitucional que a derrubou e a ela recorreram tanto os adversários dessa restauração como os seus promotores.

Durante este período, o termo perde o seu substracto de singular-colectivo e, tal como foi dito no início deste texto, passa a referir-se a uma pluralidade de movimentos claramente identificados pela data ou pela região em que ocorreram: Setembro, Janeiro, província do Minho. As referências a estas experiências caracterizam-se também pelo facto de não recorrerem significativamente à metáfora e por banalizarem o vocábulo revolução, apesar de em certas circunstâncias o qualificarem com novos adjectivos como «popular», como ocorreu no caso da «Revolução do Minho» ou da *Maria da Fonte*.

A quase banalização que conheceram o vocábulo revolução e o adjectivo revolucionário nos dez anos que medeiam entre a «Revolução de Setembro» (1836) e a «Revolução do Minho» (1846) vai ser substituída por novas deslocções do seu uso identificáveis a partir dos anos de 1847-1848 com a chegada a Portugal dos ecos das revoluções de 1848 no quadro da derrota da oposição «exaltada» na nova guerra civil, a *Patuleia*, quando esta se confrontou mais uma vez com ala mais conservadora dos constitucionais na sequência do movimento da *Maria da Fonte*.

Os ecos em Portugal das revoluções europeias de 1848, em particular da revolução em França, vão manifestar-se na publicação de numerosos folhetos, em geral clandestinos, de carácter republicano, em que o termo revolução

será de uso frequente. Mas, diferindo dos usos imediatamente anteriores, o termo assume agora bastante claramente a figura de um singular colectivo. Já não é a revolução de um tempo ou de um espaço definidos, a «Revolução de Setembro» ou a «Revolução do Minho»; é um termo agora, em geral, desprovido de qualificativos, simplesmente, «a revolução»:

«Agora que a revolução fermenta por toda a parte, que podem os tronos aguardar?», escrevia-se numa publicação intitulada «A Alvorada», datada de 1848. Essa «revolução que fermenta por toda a parte» tem, no entanto, um horizonte, o horizonte da república. A instauração de um regime republicano que este jornal defende e promove, e que faz acompanhar de duras críticas à actuação da rainha e ao regime monárquico-constitucional que considera corrupto e «manchado pela violência da última guerra civil», ou seja, da *Patuleia*.

A revolução, sem outros qualificativos, passa a ser assim apresentada como a única saída possível e para ela se convoca, directamente, o «povo»:

*Povo, a revolução não é só um direito mas um dever, quando a petição e a eleição se tornam meios impotentes para obter as reformas de que precisas. Temos pedido, desatendem-nos. Queremos eleger, apunhalam-nos. Que outro recurso pois nos resta senão a revolução<sup>19</sup>?*

A revolução é metaforizada agora como germen e fermento, ou seja, como promessa de futuro, o que constitui uma das grandes alterações desta época ao sistema de metáforas que envolve o termo.

No entanto, os novos usos do vocábulo, detectáveis nos panfletos de 1848 acompanhados mesmo assim, por vezes, pelos adjectivos «republicana» e «social», não resistirão às mudanças dos anos de 1850-1851 marcados por projectos de pacificação da política que levarão a um novo entendimento entre os partidários das duas correntes liberais adversárias no liberalismo português — *cartistas* e *setembristas* — que, pelos mais diversos meios, se tinham confrontado depois da vitória constitucional na guerra civil de 1832-1834.

A redefinição da política nacional que sucede ao golpe de Estado do general Saldanha em 1851 será, novamente, colocada sob o signo da regeneração, termo que passará mesmo a designar o período que então se inicia — «a Regeneração» — e que se referirá não apenas à reconciliação e ao novo desenho das principais

19. MARQUES, *intro. e seleção de textos.*, 1990: 23.

correntes políticas portuguesas, mas ao objectivo conjunto de abandonar os antigos conflitos em favor do progresso e dos melhoramentos materiais.

Será apenas nos últimos anos da década de 60 e no início da seguinte que ele regressará em força aos debates políticos nacionais pela mão das correntes republicana e socialista que se começam a estruturar à margem do constitucionalismo monárquico. Nesse debate, que marcará duradouramente a sociedade e a cultura portuguesas, distinguir-se-ão os homens da chamada «geração nova» ou «geração de 70», profundamente críticos do regime nascido em 1834, onde sobressaem algumas figuras tão marcantes do panorama cultural português oitocentista como Antero de Quental, Oliveira Martins, ou Eça de Queirós.

Em Antero de Quental o sentido do termo revolução ganhará, de forma explícita, contornos inteiramente novos dotados de uma carga filosófica inédita em que está investido o próprio sentido da história.

Inspirada agora pelos princípios do cientismo e do evolucionismo, a revolução passará a ser encarada, simultaneamente, como uma transformação que só poderá ocorrer na sociedade «no sentido das suas leis orgânicas» e não em função de um romântico voluntarismo, e como uma mística de inspiração cristã que a acerca do termo «revelação»<sup>20</sup>. Será, em qualquer caso, um desígnio superior que Antero de Quental sintetizará assim no final da sua intervenção nas célebres conferências do *Casino Lisbonense*: «O Cristianismo foi a Revolução do mundo antigo: a Revolução não é mais que o Cristianismo do mundo moderno.»<sup>21</sup>

A revolução vista como Cristianismo do mundo moderno tal como Antero de Quental a apresenta ou apenas como horizonte de expectativa não deixará, no entanto, nem mesmo pelo seu carácter transcendente, de ser também metaforizada com recurso à natureza e às suas leis orgânicas em que se crê que está inscrita. As metáforas mais utilizadas nesses anos serão mais uma vez as de gérmen e de fermento.

As conclusões que propomos para este curto sobrevoo pelo uso das metáforas aplicadas ao termo revolução a partir dos últimos anos do século XVIII e até ao início

20. CATROGA, 2001: 142.

21. Antero de Quental. *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares, 1871 apud SERRÃO, 1979: 170-171.*

da década de 70 do século XIX com particular ênfase no que hoje consideramos a primeira revolução liberal portuguesa são breves:

Em primeiro lugar, cabe destacar que, apesar da viragem que a Revolução Francesa supõe no campo semântico de revolução, perceptível a partir dos finais do século XVIII, conferindo-lhe por vezes os contornos de um singular-colectivo passível de ser metaforizado, o termo revolução oscila em Portugal depois dessa data entre dois pólos: o de revolução em sentido abstracto propício à metáfora e o de revolução em sentido mais concreto supondo um tempo ou um lugar singulares que será pouco ou nada metaforizado.

Em segundo lugar, deve assinalar-se que será principalmente nos escritos contra-revolucionários que podemos encontrar um recurso mais sistemático quer ao vocábulo revolução e ao adjectivo revolucionário quer à sua metaforização, o que acontece sobretudo nos escritos do Vintismo, sendo as suas metáforas mais recorrentes os fenómenos devastadores da natureza como vulcões, incêndios e tempestades, mas também a tópicos mitológicos como o famoso sintagma a «Hydra das Revoluções», ou religiosos como quando se refere o carácter diabólico da empresa revolucionária.

É de notar, em seguida, que, entre meados da década de 30 e meados da década de 40, com a «Revolução de Setembro», o termo revolução banaliza-se e passa a ser usado de modo não metafórico para designar os mais variados tipos de movimentos, das revoltas urbanas às rurais e aos pronunciamentos militares.

Por fim, deve sublinhar-se que é a partir do final dos anos 40 e das revoluções europeias de 1848 que se anuncia de novo a atribuição ao termo revolução de contornos de singular-colectivo, tendência que só se irá consolidar a partir do início dos anos de 1870 com as novas perspectivas abertas pelo republicanismo e pelo socialismo, agora sistematicamente associado a novas metáforas como as de gérmem e de fermento abrindo novos e muito mais amplos horizontes de expectativa.

# Bibliografia

- BLUMENBERG, Hans (2003). *Paradigmas para una metaforologia*. Madrid: Editorial Trotta.
- CATROGA, Fernando (2001). *Antero de Quental. História, Socialismo, Política*. Lisboa: Editorial Notícias.
- COSTA, Vicente Ferreira da [s.d.]. *Considerações Políticas sobre a Revolução Portuguesa de 1808*. Biblioteca Pública de Évora, Évora, Portugal. COD 491.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (2015). *Metáforas para la historia y una historia para las metáforas*. In GODICHEAU, François; SÁNCHEZ LEÓN, Pablo, eds. *Palabras que atan. Metáforas y conceptos del vínculo social en la historia moderna y contemporánea*. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, pp. 33-62.
- FERREIRA, Fátima Sá e Melo (2018). *Los términos regeneración y revolución en dos sermones políticos del Padre Agostinho de Macedo (1821-1823)*. In SERRANO GARCIA, Rafael, org. *Dimensiones religiosas de la Europa del Sur (1800-1875)*. Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 85-100.
- FERREIRA, Fátima Sá e Melo (2019). *Del tiempo de las Revoluciones a la Revolución como designio. Portugal 1770-1870*. In WASSERMAN, Fabio, coord. *El mundo en Movimiento. El concepto de revolución en Iberoamérica y el Atlántico norte (siglos XVII-XX)* Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, pp. 171-190..
- GARRETT, Almeida (2005 [1830]). *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte. (Memórias de Portugal).
- JOBIM, Leopoldo Collor (1988). *Domingos Vandelli e a Revolução Francesa*. «Revista de História das Ideias».10, 249-264. Número especial: *A Revolução Francesa e a Península Ibérica*.
- KOSELLECK, Reinhart (2007). *Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: PUC.
- KOSELLECK, Reinhart (2012). *Historias de conceptos. Estudios sobre la semántica y pragmática del lenguaje político y social*. Madrid: Editorial Trotta.
- MARQUES, Fernando Pereira, intro. e seleção de textos (1990). *Esperem e verão! Textos Republicanos Clandestinos de 1848*. Lisboa: Publicações Alfa.
- NEVES, José Acúrsio das (2008). *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. Porto: Edições Afrontamento, tomos III, IV e V. 1.<sup>a</sup> ed.: 1810-1811.
- PINA, Ana Maria (1989). *O fantasma da anarquia na imprensa vintista*. «Ler História». 17, 129-135.
- QUENTAL, Antero de (1926). *Prosas*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

RAMÓN SOLANS, Francisco Javier (2017). *La hidra revolucionaria. Apocalipsis y anti-liberalismo en la España del primer tercio del siglo XIX*. «Hispania: Revista española de historia». 77:256 (mayo-agosto) 471-496.

RITZ, Olivier (2016). *Les Métaphores naturelles dans le débat sur la Révolution*. Paris: Classiques Garnier.

SANTOS, José Augusto dos (2000). *A Opinião Pública em Portugal (1780-1820)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.

SERRÃO, Joel (1979). *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. (Antologia do pensamento político português)*. 2.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.

SILVEIRA, Mouzinho da (1989). *Obras*. Edição crítica coordenada por Miriam Halpern Pereira, com estudos de Magda Pinheiro, Miriam Halpern Pereira e Valentim Alexandre. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols.

VERDELHO, Telmo dos Santos (1981). *As palavras e as ideias da Revolução Liberal de 1820*. Coimbra: INIC.

WASSERMAN, Fabio, coord. (2019). *El mundo en Movimiento. El concepto de revolución en Iberoamérica y el Atlántico norte (siglos XVII-XX)*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores.